**Rico aprende em casa**

*Preceptoras estrangeiras conduziam com mão de ferro a educação dos filhos da elite no século XIX. O ensino caseiro estava na moda. Escola, nem pensar.*

O que vai pela cabeça das nossas crianças? Houve um tempo em que a resposta a essa dúvida não estava apenas na família, muito menos na escola. Quem quisesse entender os hábitos e a visão de mundo dos brasileiros no século XIX, deveria prestar atenção a outra figura fundamental naquele período: a preceptora.

Dos brasileiros abastados, é claro. Sob a proteção de Sant’Ana, muitas mulheres letradas, principalmente estrangeiras, obtinham seu sustento trabalhando como educadoras dos filhos da elite. Contratá-las era uma prática comum entre os ricos do Brasil, copiada de tradicional costume da nobreza européia na educação de seus jovens fidalgos. As preceptoras residiam na casa de seus alunos, acompanhando-os não só nas lições diárias, mas também em atividades cotidianas, como missas, passeios e outros afazeres. Já os chamados professores particulares visitavam as casas dos estudantes semanalmente, ministrando aulas de primeiras letras ou de disciplinas específicas.

A vinda da família real e da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, impulsionou a criação de instituições de ensino no país. Mas isso não chegou a seduzir uma elite que via a educação como algo dispensável e, às vezes, até pecaminoso, particularmente para as mulheres, pois acreditava-se que a “doutorice” feminina as desviava do destino natural de se tornarem mães de família, inteiramente dedicadas à casa e aos filhos, comprometendo a obediência aos maridos e pais.  Além disso, as escolas públicas eram poucas e a qualidade do ensino, duvidosa. Pior do que isso para aqueles pais era constatar que as escolas permitiam a mistura de crianças e jovens de categorias sociais diferentes. Temiam a possibilidade de surgirem laços de amizade entre seus filhos e colegas desfavorecidos. Some-se a isso o fato de que a educação nas escolas implicava, obviamente, a divisão dos alunos em classes e o ensino coletivo. Essa proposta era bastante polêmica. Considerava-se que a uniformidade do conteúdo poderia ter nefastas conseqüências intelectuais. Como todos tinham que acompanhar o mesmo ritmo, o ensino inevitavelmente se nivelaria por baixo, para ajustar-se “ao talento e viveza do mais indolente e estúpido da classe”, afirmava em 1788 um articulista anônimo do Jornal enciclopédico, publicado em Portugal.

E se os nobres portugueses educavam seus filhos em casa, por que os endinheirados da terra não haveriam de fazê-lo?

A maneira mais usual para a contratação de preceptoras e professores particulares era por meio de anúncios publicados nos jornais. Famílias solicitavam os serviços de mestres para a educação doméstica, e os próprios mestres ofereciam seus préstimos. Dos candidatos era exigido que tivessem excelente conduta, independência da família, e que fossem solteiros. Contava também a posição social e a fortuna dos patrões para os quais já houvessem trabalhado. Excelente referência era ter ensinado “em casa de uma respeitável família brasileira”, ou mesmo em “casas de família nobre”. A experiência na função de preceptora era outro atrativo para os que buscavam esses serviços: quanto maior a idade, mais adequadas eram as candidatas – levando-se em conta que a faixa etária a partir dos 30 anos já era vista como “meia-idade”.

No princípio, as mulheres disputavam com os homens as mesmas possibilidades de atuação como preceptores, mas a partir da década de 1860 elas começaram a predominar na educação doméstica. Isso se devia à própria natureza das funções exercidas pelos preceptores, uma vez que precisavam residir com as famílias de seus alunos, entrando na intimidade das casas senhoriais, condições mais apropriadas a uma atuação feminina do que masculina.

Abria-se, assim, um campo privilegiado para mulheres estrangeiras, principalmente as alemãs, francesas e suíças. O fato de virem de países “civilizados” dava-lhes certa credibilidade, pois pareciam mais lúcidas e conhecedoras de inovações e tendências ainda não divulgadas longe das grandes metrópoles européias. Também eram bem-vistas as brasileiras que acabavam de chegar da Europa e as que tinham fluência em idiomas. Algumas delas eram filhas bastardas que haviam recebido a formação como herança, já que os pais não poderiam assumi-las publicamente. Esse era o caso de Martha de Vasconcellos, personagem central do conto A preceptora, de Maria Amália Vaz de Carvalho, escrito em 1905, no qual a origem da preceptora portuguesa era assim descrita: “O pai de Martha era casado, tinha filhos, vivia para sempre longe dela nas tranqüilas alegrias da família, uma família em que ela só podia ser a intrusa! Desde esse dia, Martha estudou com dobrado afinco, aprendeu com uma ânsia dolorosa, com um não sei quê de impaciência inexplicada” (p. 208-209).

As estrangeiras eram conhecidas por seu rigor em ensinar os pupilos. Algumas, intitulando-se adeptas de Rousseau, chegavam a submeter as crianças a atitudes de extrema perversidade. Muitas tinham como instrumentos de trabalho a “palmatória de páo”, “a vara de marmeleiro” e as “correias”. Os pais sabiam o que ocorria, mas de algum modo todos os excessos eram justificados pela teoria, na época inquestionável, de que “as crianças são difíceis e são necessários governantas e preceptores para educá-las, mas, sobretudo, para torná-las grandes pessoas”. Atos violentos eram aceitos como “bons princípios pedagógicos”, como descreve Sofie Deroisin em seu livro Petites filles d’autrefois (1997).

Os conhecimentos ensinados pela preceptora deveriam atender aos desejos da família que a contratava. Eram os pais que escolhiam, entre as matérias consideradas de educação, aquelas mais adequadas aos seus interesses para que fossem ministradas aos seus filhos.

Excetuando-se o português e o francês, que quase sempre estavam presentes nas lições oferecidas, os demais conhecimentos ensinados variavam entre a escrita, a leitura e contas, latim, inglês, alemão, italiano, espanhol, caligrafia, literatura, composição, religião, música, piano, gramática portuguesa, latina, francesa e inglesa, lógica, matemática, geometria, aritmética, álgebra, História do Brasil, geografia, desenho, pintura e aquarela. Para as meninas, havia habilidades específicas a serem ensinadas, como bordar, costurar, marcar, cortar, dançar, além de outros trabalhos manuais.

A duração dessa forma de educação era variada. O próprio mestre costumava atestar quando o aluno já estava apto a prestar os exames preparatórios para o curso secundário. Em outros casos, era a família que decidia quando era chegada a hora de dispensar os serviços do mestre, como fez a viscondessa do Arcozelo, que em 1887 abriu mão dos ensinamentos da preceptora para enviar seus filhos a uma escola em Paty do Alferes. Não foi um caso isolado. As elites começavam a cogitar a possibilidade de enviar seus filhos para colégios particulares ou estabelecimentos de ensino oficiais. Isso ocorria porque a propaganda atrelada ao movimento republicano e a legislação cada vez mais impunham a interferência do Estado na educação, por meio do controle das licenças concedidas aos professores e da discussão sobre a liberdade do ensino. Mas mesmo aqueles cujos filhos freqüentavam algum colégio, ou aqueles que os educavam eles próprios, em determinado momento recorriam aos serviços de uma preceptora.

Por outro lado, com a multiplicação dos anúncios de educação doméstica nos jornais, o serviço começou a ficar mais acessível às classes intermediárias. Na Europa, isso ocorria desde o século XVIII: o ensino em casa deixara de ser privilégio das crianças nobres para se tornar uma prática recorrente entre ricos comerciantes, altos funcionários e famílias de elite que se espelhavam nos hábitos da aristocracia. Esse movimento pela educação das crianças – a fim de que se preparassem melhor para a vida adulta ou, no caso dos meninos, para a ocupação das funções prioritárias na sociedade – era uma medida de progresso e ascensão social.

A função de preceptora era uma das poucas profissões aceitas e admitidas para mulheres que, sem ajuda financeira da família, precisavam de um trabalho fora de suas casas. Mesmo assim, somente aquelas que haviam recebido algum tipo de educação é que podiam candidatar-se a essa atividade, pois inúmeros conhecimentos eram exigidos pelos pais ávidos por criar seus filhos à semelhança da nobreza. Por “educarem” os filhos das elites, dominarem diversas áreas do saber e ocuparem um cargo ambicionado por estrangeiros que vinham para o Brasil, as preceptoras tinham lugar privilegiado nas estruturas sociais de sua época. Mas caminhavam num limiar muito tênue, entre o respeito à sua posição social e a imagem de empregadas das elites, tratadas como tal por seus senhores.

O contrato feito entre os pais e as preceptoras era informal, normalmente fruto de acordo verbal, sendo muito freqüentes a rotatividade e a descontinuidade desses serviços, com a dispensa das mestras a qualquer tempo, ou com as mesmas declinando da função. Se isso podia ser motivo de instabilidade e insatisfação, para algumas educadoras representava verdadeiro alívio. A alemã Ina Von Binzer, que veio para o Brasil em 1881, contratada para ser preceptora dos filhos de um grande fazendeiro na Província do Rio de Janeiro, foi uma delas: “É verdadeira sorte não se firmarem contratos aqui, nem se multarem as rescisões (...), podemos pelo menos fazer nossa trouxa quando julgamos que é demais”.

*Maria Celi Chaves Vasconcelos é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e autora do livro A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos (Ed. Gryphus, 2005).*

**Saiba Mais – Bibliografia:**

ARAÚJO, H. C. Pioneiras na educação, as professoras primárias na viragem do século 1870-1933. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

BINZER, Ina Von. Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MONTEIRO, M.C. Sombra errante: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX. Niterói: EdUFF, 2000.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/uma-escola-para-poucos>

**Uma escola para poucos**

Beatriz Boclin Marques dos Santos

Criado no século XIX, o Colégio Pedro II tinha seus programas estabelecidos pelo governo imperial

Incluir o Brasil no rol das nações civilizadas: este era o projeto do Império. O Estado se esforçou para melhorar o nível do ensino superior e implementar a instrução primária e secundária. A criação do Colégio Pedro II atendia a esse plano do governo, já que se dedicava à formação da elite brasileira. E a História ganhava importância: era necessário estudar o Brasil, conhecer sua gênese. Somente olhando um passado comum seria possível forjar a nacionalidade.

O Brasil vivia o Período Regencial (1831-1840), quando não havia um imperador de fato e várias províncias abrigavam movimentos separatistas. Por isso, a unidade do Estado Imperial estava ameaçada, e a História surge como um elemento capaz de construir uma “identidade nacional”. Por isso foi criado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob a proteção do Império, para ajudar a elaborar uma narrativa sobre o passado nacional que valorizasse os grandes feitos políticos ligados à monarquia.

O primeiro regulamento do Colégio Pedro II data do mesmo ano da criação do IHGB, em 31 de janeiro de 1838. Nele, a História fazia parte do plano de estudos como disciplina obrigatória. Esse documento incluía a estrutura organizacional e os fundamentos filosóficos da escola, com seu ensino enciclopédico e acadêmico.

O documento estabelecia que a duração do curso inicial – equivale ao segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino médio – na instituição seria de oito anos. A disciplina História era ministrada desde o 3º ano do curso até o final, considerada uma matéria de peso em um currículo que valorizava a formação clássica e erudita.

Apesar de ser uma escola pública, o Colégio Pedro II não era gratuito naquela época. Os alunos pagavam o honorário do ensino prestado, fixado pelo governo imperial. Os primeiros alunos ingressaram na instituição por meio de um rigoroso exame de admissão que prezava a idade, o mérito adquirido e o mérito ingênito, ou seja, pessoas que possuem um dom inato. Ao completar o curso, os estudantes recebiam o grau e o diploma de Bacharel em Ciências e Letras, que os habilitava a ingressar no ensino superior sem prestar exames.

A origem do Colégio Pedro II remonta ao Seminário dos Órfãos de São Pedro, criado pela provisão do bispo D. frei Antonio de Guadalupe em 1739, no Rio de Janeiro. Depois de 27 anos, passou a se chamar Seminário de São Joaquim e exerceu também a função de escola, representando um polo de cultura. Esse papel ganhou ainda mais relevância com a expulsão dos jesuítas, em 1759. Sem os religiosos, os jovens da Colônia ficaram com poucas opções de ensino. A educação era feita em casa com preceptores ou em seminários ligados às paróquias locais.

O Seminário de São Joaquim foi transformado em Colégio Pedro II graças a um decreto publicado em 1837. A iniciativa foi do ministro interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, durante a Regência de Pedro de Araújo Lima (1793 -1870). O nome dado à escola foi estratégico, já que dava a ideia de que a instituição pertencia ao imperador.

A História foi ganhando espaço em uma articulação singular entre a academia e a escola. Coube aos historiadores do IHGB, criado em 1838, a missão de pensar e escrever uma história que construísse a identidade nacional e que fosse lecionada no Colégio Pedro II. Por causa disso, o ensino da disciplina acabou ficando marcado pela historiografia acadêmica e nacionalista que vigorava no IHGB.

A produção didática para a História no Brasil começou, desta forma, dentro da esfera do Estado – mais precisamente da monarquia –, já que tanto o Colégio como o IHGB estavam sob a proteção direta do imperador D. Pedro II (1825-1891). Quase todos os professores do Colégio Pedro II eram, inclusive, sócios do Instituto.

O ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos era quem indicava os professores para as cátedras do Colégio, uma decisão que tinha que ser aprovada pelo próprio imperador. Os professores catedráticos tinham status acadêmico e muitos deles integravam as cadeiras nos níveis de ensino superior e secundário.

Como não havia instituições que se dedicassem à formação de professores, normalmente eram selecionados membros da comunidade letrada do Império, como advogados, médicos, escritores. Era uma elite intelectual basicamente formada no exterior. Entre os nomes famosos que deram aula no Colégio Pedro II estão os historiadores-autores Justiniano José da Rocha (1811-1864) e Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).

A escolha do material didático também era cuidadosa. O próprio Bernardo Vasconcellos fazia a seleção dos compêndios – como eram conhecidos os livros didáticos da época. As primeiras publicações desse tipo foram inicialmente importadas: eram os manuais franceses de Cayx e Poisson (História Antiga) e os de Rozoir e Dumont (História Romana). Mais tarde, essas obras foram traduzidas por Justiniano José da Rocha.

O governo imperial estabelecia ainda os programas de ensino do Colégio. Todos eles seguiam os ideais do Império de gerir um projeto para uma nação identificada com o homem branco europeu e cristão. Para desenvolver o trabalho de construir uma História do Brasil, os intelectuais historiadores do IHGB e do Colégio Pedro II utilizaram a concepção de História que se constituía na Europa naquele momento. A escrita era fundamentada em uma história universal, ligada às tradições iluministas, de cunho científico. Esta modalidade atendia à necessidade de pesquisar o passado colonial e de valorizar a realidade brasileira sem deixar de incluir o país na civilização ocidental. Mas o controle não era absoluto. Afinal, o conteúdo das disciplinas estava a cargo dos catedráticos, em sua maioria autores dos livros didáticos ali adotados. Nascia assim uma escrita da história acadêmica dedicada ao ensino.

No Colégio Pedro II, a História fazia parte do chamado currículo das “humanidades”, cujo padrão cultural era a Antiguidade Clássica. A formação oferecida se inspirava na educação francesa, tendo como modelo as escolas idealizadas por Napoleão Bonaparte, como o Colégio Henrique IV e o Liceu Luís, o Grande. Latim, grego, literatura clássica e história ocidental compunham o currículo escolar.

Esse estudo pretendia ainda transmitir um compromisso moral, promovendo a construção de valores que qualificariam o cidadão. Por isso, os conteúdos ensinados deveriam oferecer modelos de conduta, valorizando a figura do herói da Antiguidade, cuja virtude serviria de inspiração aos jovens alunos. Era uma educação que pretendia formar o futuro cidadão, o homem de bem que iria desempenhar funções fundamentais para o Estado.

A escola representou um lugar de formação tanto do currículo quanto do ensino de História, iniciando os programas curriculares e os manuais didáticos. Se a historiografia brasileira teve como ponto de partida o IHGB, a História estruturada como matéria escolar começou no Colégio Pedro II.

Beatriz Boclin Marques dos Santos é coordenadora do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

**Saiba Mais – Bibliografia**

DÓRIA, Escragnolle. Memória Histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.  
GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.